

AS ELITES E A GREI

Sobre a historiografia projectiva de António Sérgio

*Para o Dr. Jaime Barros,
com amizade*

1. A produção historiográfica de António Sérgio situa-se, por um lado, num complexo contexto político nacional e internacional, numa intrincada teia de ásperos debates ideológicos, e decorre, por outro, de concepções onto-gnosiológicas e ético-cívico-políticas cujo significado está ainda muito longe de ter sido esclarecido, mau grado as adjectivações rotineiras. Basta notar, por exemplo, como essa produção vem a lume durante, ou na ressaca, das Primeira e Segunda Guerra Mundiais, ou como alguns dos traços dominantes da onto-gnosiologia sergiana se começam a esboçar num texto de índole historiográfica, «*Em Torno da Designação de Monarquia Agrária dada à Primeira Época da Nossa História*», de 1941. E embora não seja a ocasião para o tentar demonstrar, somos levados a pensar que, sob o ponto de vista genético, o interesse de António Sérgio pelos problemas onto-gnosiológicos se deve, em boa parte, às questões suscitadas pela sua própria construção historiográfica.

Assim, este trabalho visa relacionar as concepções históricas e historiográficas sergianas com as suas perspectivas onto-gnosiológicas, do mesmo passo que procurará articulá-las com certos vectores do seu ideário ético-cívico-político, nomeadamente com a *teoria das elites dirigentes* que reputamos, por sua vez, estreitamente interligada com aquelas perspectivas. Ressaltam aqui, desde logo, algumas dificuldades. Pensamos, com efeito, que só uma caracterização geral da onto-gnosiologia sergiana nos faria com-

preender a plena luz a sua historiografia. Tal caracterização, porém, só poderá, nesta oportunidade, ser feita parceladamente, ficando para outra ocasião o seu traçado geral, que nos palpita poder revelar facetas insuspeitadas e mesmo surpreendentes. Por outro lado, as concepções ético-cívico-políticas de António Sérgio não são tão lineares que se possa reduzi-las a um esquema simples. Sucede até, pensamos nós, que um dos mais graves prejuízos que estão sofrendo a personalidade e a obra do ensaísta resulta de um aproveitamento sumariamente ideológico-político por parte de vários e contraditórios quadrantes, com reflexos negativos no que diz respeito à inteligibilidade dos textos. Por isso mesmo, temos de contrariar decididamente a tendência a esquecermos, ou a fingir que esquecemos, aqueles aspectos do pensamento, e nomeadamente do pensamento político sergiano que (porventura) nos desagradem, iluminando, não poucas vezes deformativamente, aqueles outros que (eventualmente) linsonjeiem o nosso primário pragmatismo político.

2. O pensamento sergiano é de natureza estrutural e: a sua abordagem exige uma metodologia também ela estrutural. Tal relaciona-se com um dos acentos tónicos da sua onto-gnosiologia que, se bem interpretamos, vem a enformar as concepções históricas e historiográficas. Estas tornar-se-ão, a nosso ver, incompreensíveis se as não considerarmos à luz da categoria (A) de *totalidade*, núcleo em torno do qual se move todo o pensamento sergiano. E se é certo que este ponto não tem sido, que o saibamos, devidamente aprofundado pelos comentadores e críticos de António Sérgio, tal não suceda por omissão deste, que explicitamente adverte ser essa «uma das noções que nunca deverá esquecer-se para bem se compreender», o que ele «tenha escrito, sobre qualquer assunto», já que «só o iodo orgânico tem existência real, factual, concreta: as partes são aspectos em relação recíproca (...) cada uma ligada a cada uma das outras e à totalidade orgânica em que se incluem todas, — *totalidade que não resulta da união das partes, mas que devemos pensar como anterior às partes, e dominando as partes*» ⁽¹⁾. Ou seja: as «partes» não são em si mesmas subsistentes, antes são as *ideias* da respectiva relação e integração

⁽¹⁾ A. Sérgio — «Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal», Obras Completas, Sá da Costa, Lisboa, 1973, pág. 235.

totalizante. Donde, não há anterioridade lógica nem cronológica de nenhuma das «partes» em relação às outras, sendo todas *contemporâneas*, sem *infra* nem *supra*. (B) Talvez não seja muito arriscado pensar-se que estamos em presença de uma ontologia e de uma cosmologia de tonalidades *estóicas* de universal *simpatia* dos seres e das coisas ⁽²⁾ e, por extensão, como adiante veremos, de um *humanismo universalista* muito próprio para homens de acção e reformadores sociais ⁽³⁾...

Esta concepção *holística* do real, esta perspectiva estrutural do ser do Mundo implica (e é implicada por) parâmetros gnosiológicos bem definidos. É que, sendo assim, a *compreensão* do real terá igualmente de ser de índole estrutural, buscando dinamicamente a articulação (ou subsistência) das «partes» no «todo», o estabelecimento de feias *relacionais*, desde as totalidades imediatas — ou pretensamente imediatas, porque pressupõem «o todo, que será o imediato autêntico» ⁽⁴⁾ — a outras sucessivamente mais inclusivas, tendo como horizonte assintótico o Todo que é «Uno Unificante» (C). Como consequência, a melhor explicação será a que nos der um maior número de ligações, uma maior dose de totalização. Nesta ordem de ideias, teria de abandonar-se a concepção de verdade como *adequação*, como acerto de «uma ideia (...) com qualquer coisa do Mundo — que: não seja *outra ideia*» ⁽⁵⁾. O critério de verdade seria, pois, *interior à teoria*, resultando, em última análise, da coerência de ideia a ideia, da «sustentação recíproca entre ideia e ideia» ⁽⁶⁾ (D). Quer dizer, portanto, que a verdadeira «objectividade é uma questão *de direito*, e funda-se numa coerência intelectual intrínseca» ⁽⁷⁾, não estando nunca acabada, não sendo nunca terminal, pois nela nos vamos aperfeiçoando

⁽²⁾ Jean Brun — *«Le Stoïcisme»*, 7.ª edição, P. U. F., Paris, 1976, pág. 59.

⁽³⁾ Idem, ob. cit, pág. 18.

⁽⁴⁾ A. Sérgio — *«Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal»*, pág. 13.

⁽⁵⁾ Idem — *«Em Tomo da Designação de Monarquia Agrária dada à Primeira Época da Nossa História»*, Livraria Portugália, Lisboa, 1941, pág. 22.

⁽⁶⁾ Idem — *«Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal»*, pág. 17.

⁽⁷⁾ Idem — *«Ensaios»*, tomo IV — *Obras Completas*, Sá da Costa, Lisboa, 1972, pág. 208.

«por uma marcha contínua que não tem fim»⁽⁸⁾. A autêntica realidade factual é, deste modo, *função da inteligibilidade*, não sendo, portanto, *dada*, visto que «por um invento do intelecto é que se cria o real. e para que um «factos infirme ou confirme uma ideia cumpre que primeiro um certo número de ideias determine tal «factos como sendo um «facto»»⁽⁹⁾ (E). Donde, também, que uma explicação causal mereça esse nome, não quando se apresente como mera constatação de uma sucessão de «facto» a «facto», mas como inserção relacional nessa «renda de bilros» que toda a teoria é⁽¹⁰⁾. Donde, ainda, que tais totalidades estruturadas não suportem «explicações» reducionistas, em que uma parte seja isoladamente considerada como determinante. Uma tal «explicação» destruiria a estrutura enquanto estrutura, esvaindo-se, por aí, a inteligibilidade global que, só ela, seria teoricamente procedente. Tal não significa que não posamos deter-nos em particulares análises, desde que não percamos de vista a sua inserção na trama relacional *criadora de sentido*. Quer dizer: para António Sérgio, a verdadeira explicação é necessariamente *cosmopolita*, pois «quem vê um objecto congemma um mundo, que precede e condiciona esse mesmo objecto»⁽¹¹⁾.

3. Que uso vem a fazer António Sérgio destes pontos de vista onto-gnosiológicos no âmbito disciplinar da História? Em primeiro lugar, recusa o historiador-filósofo uma prática historiográfica conduzida de um ângulo exclusivamente nacional. Reiteradamente afirma que os sucessos de qualquer história nacional apenas se tornam inteligíveis quando inseridos no contexto global da civilização europeia e mundial, numa «vista panorâmica onde se vislumbra um sentido»⁽¹²⁾. Incluir a história nacional (portuguesa) na *unidade de movimento* da civilização humana, eis aí um dos escopos fundamentais de António Sérgio. Como ele próprio

⁽⁸⁾ Idem — ob. cit., pág. 221.

⁽⁹⁾ Idem — ob. cit., pág. 222.

⁽¹⁰⁾ Idem — *«Introdução Geográfico-Sociológico à História de Portugal»*, pág. 17.

⁽¹¹⁾ Idem — *«Ensaios»*, tomo IV, pág. 221.

⁽¹²⁾ Idem. — *«Introdução Geográfico-Sociológico à História de Portugal»*, pág. 5.

afirma, parece-lhe a «civilização uma estrutura una (...) em que cada uma das comunidades é influída e influi»⁽¹³⁾.

Doutra banda, as concepções onto-gnosiológicas acima esboçadas repercutem-se muito claramente no tipo de explicação histórica perseguido por António Sérgio: se recusa a «explicação» rática, por estática e disjuntiva, não integrável, portanto, num tecido de relações inteligíveis, igualmente rejeita, repetida e explicitamente, as «explicações» reducionistas por qualquer pseudo-factor, seja ele económico, social, político ou geofísico. O que procura é mostrar a integração estrutural dos diversos «factores», já que, por exemplo, «economia e política não são duas coisas, das quais a primeira precederia a segunda: são como matéria e forma de um processo único»⁽¹⁴⁾.

Se, por exemplo, rejeita a designação de «Monarquia Agrária» por João Lúcio de Azevedo atribuída à nossa primeira dinastia, é porque tal o impediria de pôr em relevo os vectores relacionais-cosmopolitas que teriam presidido à formação e desenvolvimento de Portugal; se o «factor geográfico» condicionara a eclosão da nacionalidade portuguesa, não é porque fosse de natureza geofísica, antes de posição, ou *topológico*: teria sido O «*significado topográfico dos nossos portos*»⁽¹⁵⁾ um elemento privilegiado de inserção no contexto europeu e mundial, permitindo à burguesia portuguesa uma prática comercial-marítima que viria a conferir-lhe uma mentalidade cosmopolita.

Todavia, se refinarmos um pouco mais a análise, veremos como se aprofunda esta *descoisificação* dos «factores históricos». (F) É que, afinal de contas, nem sequer as «circunstâncias condicionantes» são «factores históricos», antes funcionam como estímulos à capacidade inventiva do intelecto humano para formular ideias que permitam dar saída a essas «circunstâncias»: «*factores*, propriamente, são-no sim as *ideias*»⁽¹⁶⁾. E tanto assim que, para uma mesma «circunstância histórica», há várias saídas possíveis, triunfando aquela que a elite dirigente consiga impor. Não seria

⁽¹³⁾ Idem — ob. cit., pág. 13.

⁽¹⁴⁾ Idem — «Ensaio», tomo VIII, Obras Completas, Sá da Costa, Lisboa, 1974 págs. 66/67.

⁽¹⁵⁾ Idem — «*Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*», pág. 32.

⁽¹⁶⁾ Idem — ob. cit., pág. 242.

ousado concluir daqui, cremos nós, que na lógica do pensamento sergiano, o «factor histórico» realmente influente é, era derradeira análise, a *capacidade ideativa da elite dirigente...*

4. Ora é precisamente neste ponto que as linhas de reflexão onto-gnosiológica se intersectam com as coordenadas de cariz ético-cívico-político. É que uma historiografia conduzida deste ponto de vista mundializante e, real ou pretensamente, não reducionista, não teria apenas a virtude de nos fornecer a inteligibilidade dos eventos; configurar-se-ia também como eficaz instrumento pedagógico de uma atitude de humanismo universalista típica do *marco-aureliano cidadão do mundo*, relevando dos objectivos práticos do reformador social. O próprio António Sérgio confessa ver nas máximas do *estoico* Marco Aurélio um excelente meio para a «*edificação dos missionários*» dos novos tempos... ⁽¹⁷⁾ (sublinhados nossos).

Vejam, então, como o moralista crítico *injecta* ingredientes axiológicos no cerne da reflexão onto-gnosiológica e como os conecta com a teoria cívico-política das elites dirigentes. Ao contrário da «quase totalidade dos homens cultos», para quem explicar uma coisa seria submetê-la, de um modo reducionista, «ao império absoluto de uma fórmula geral que dominaria todas as outras da mesma espécie» ⁽¹⁸⁾, os verdadeiros homens de elite tenderiam a vislumbrar de golpe as malhas da inteligibilidade estrutural. O autêntico escol seria constituído por «um grupo de cidadãos com (...) *clareza, frieza e equilíbrio* no entendimento (...), *ordem nas ideias*» ⁽¹⁹⁾, unindo «o *misticismo activo* e (...) as *concepções rasgadas*» ⁽²⁰⁾ (sublinhados nossos).

Ordem nas ideias, concepções rasgadas, misticismo activo. eis o trinómio gerador da teoria sergiana das elites dirigentes.

⁽¹⁷⁾ Idem— «*Marco Aurélio — Pensamentos*», Edições Ática, Lisboa, 1947, pág. 9.

⁽¹⁸⁾ Idem— «*Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*», pág. 241.

⁽¹⁹⁾ Idem — «*Antologia dos Economistas Portugueses*», Sá da Costa, Lisboa, 1974, pág. 25

⁽²⁰⁾ Idem — «*Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*», pág. 117.

Elites, por conseguinte, intelectuais e políticas, ou melhor, intelectuais-políticas. Nesses *aristocratas do espírito*, nesses *místicos da acção*, a *vontade racional* submeteria a *desrazão* ou *desmesura* patológica das paixões. Quer dizer: o bem ajuizar seria condição necessária e suficiente ao bem proceder. Muito *cartesianamente*, se não mesmo muito *estoicamente* ⁽²¹⁾ ...

Consequentemente, António Sérgio contrapõe, com frequência, o prudente herói *centrípeto* em que a Ordem hegemoniza e orienta a Fúria, ao «herói» *centrífugo* no qual «as faculdades românticas da *paixão* e da fantasia, da *impulsividade* e da retórica, preponderam enormemente sobre a *vontade* e a *razão* ⁽²²⁾, em que a Fúria elimina a Ordem (sublinhados nossos). Na História de Portugal, a mais exemplar consumação do primeiro estaria na plêiade dos filhos de D. João I, «notável realização de um ideal completo de humanidade» como raras vezes se teria visto «em toda a história» ⁽²³⁾, «modelo acabado de razão prática (...) aliando a grandeza das miras gerais às minúcias científicas da realização exacta» ⁽²⁴⁾, enquanto que o mais acabado exemplo do segundo seria esse «impulsivo degenerado» ⁽²⁵⁾ (G) do D. Sebastião.

Dos príncipes de Avis em geral, e do infante D. Pedro em particular, traçou António Sérgio um perfil humano que não anda longe daquele que o seu contemporâneo autor da «*Mensagem*» esboçou;

«Claro em pensar, e claro no sentir,
É claro no querer;
Indiferente ao que há em conseguir
Que seja só obter;
Dúplice dono, sem me dividir.
De dever e de ser» ⁽²⁶⁾.

⁽²¹⁾ Jean Brun — ob. cit., pág. 108.

⁽²²⁾ A. Sérgio — «*O Problema da Cultura e o Isolamento dos Povos Peninsulares*», Renascença Portuguesa, Porto, 1914, pág. 15.

⁽²³⁾ Idem — «*Bosquejo da História de Portugal*», Biblioteca Nacional, Lisboa, 1923, pág. 26.

⁽²⁴⁾ Idem — «*Ensaio*», tomo I, Obras Completas, Sá da Costa, Lisboa, 1980, pág. 270.

⁽²⁵⁾ Idem — «*Breve Interpretação da História de Portugal*», 11.^a edição, Obras Completas, Sá da Costa, Lisboa, 1983, pág. 104.

⁽²⁶⁾ F. Pessoa — («*Mensagem*»), 11.^a edição, Edições Ática, Lisboa, s/d, pág. 40.

Singular coincidência esta de dois «aristocratas do espírito» que, de um ponto de vista axiológico tonalmente *estoico*, exaltam uma elite de príncipes leitores do *estoico* Séneca...

5. É este *conjunto de partida* onto-gnosiológico e ético-cívico-político que constantemente António Sérgio vai *aplicar* num *conjunto de chegada* histórico. A historiografia sergiana resultará, a nosso ver, ininteligível se a não analisarmos à luz de uma contínua *retrojecção* dessas categorias no passado da «Grei» portuguesa e da sua *projecção* no futuro que vislumbrava para Portugal. Porque a «Grei», muito mais do que uma «consciência nacional» sedimentada no passado, «é um plano de trabalhos para um *futuro* comum»⁽²⁷⁾, o historiador-filósofo glosa variamente o mote de que a História é um dos meios «mais adequados para nos familiarizarmos com as necessidades e os problemas do Portugal *de agora*»⁽²⁸⁾ e que «tão-só pensando no que estará para vante» olha ele «para a esteira da nossa nau»⁽²⁹⁾.

Vejamos, agora, como António Sérgio olha para a «esteira da nossa nau». Logo em «*O Problema da Cultura e o Isolamento dos Povos Peninsulares*», de 1914, António Sérgio estigmatiza os defensores do Isolamento, os partidários da «mania da purificação», advogando a «colaboração da nossa Pátria na civilização da velha Europa (...) transplantada hoje para todo o mundo»⁽³⁰⁾. A trajectória de Portugal é aí delineada como uma sucessão de ondas alternantes de isolamento e abertura europeia. Pelo menos desde esse período «soberbo» dos Descobrimentos e do Humanismo, em que Portugal (...) «percorreu todas as nações e avidamente se misturou à vida intelectual de toda a Europa»⁽³¹⁾, teríamos balançado entre a fossilização isolacionista e a expansão universalista, seja, no primeiro caso, à luz das fogueiras da Inquisição, da perseguição

⁽²⁷⁾ A. Sérgio — «*Ensaio*», tomo III, *Obras Completas*, Sá da Costa, Lisboa, 1972, pág. 190.

⁽²⁸⁾ Idem — «*Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*», pág. 3.

⁽²⁹⁾ Idem — «*Ensaio*», tomo IV, pág. 211.

⁽³⁰⁾ Idem — «*O Problema da Cultura e o Isolamento dos Povos Peninsulares*», pág. 14.

⁽³¹⁾ Idem — ob. cit., pág. 18.

ao Judeu, ou sob a batuta de Pina Manique, ou, em contraponto, sob o impulso iluminista dos Estrangeirados, dos emigrados liberais, ou de Antero de Quental um pouco mais tarde. O saldo dessa alternância seria, porém, negativo, pois que o «estrangeiro enxerto» não pegara e estaríamos, pelo isolamento, convertidos em «fósseis terciários»⁽³²⁾. E num movimento *recorrente* de exemplaridade cívico-política, logo António Sérgio conclui que «grandes seríamos nós(...) se colaborássemos com a Europa como o Portugal do Renascimento!»⁽³³⁾.

Este texto, porém, não constitui ainda uma acabada explicação cosmopolita da génese e desenvolvimento de Portugal. É sobretudo a partir das «*Considerações Histórico-Pedagógicas*», de 1915, que António Sérgio dá os primeiros passos para uma explicação genética de Portugal e para um aprofundamento do papel das elites na formação e futuro da «Grei», acentuando que, «a criação de Portugal — um episódio das Cruzadas», teria sido «uma obra de *estrangeirismo*»⁽³⁴⁾.

Em «A Conquista de Ceuta», de 1919, António Sérgio procura surpreender o desenvolvimento da vocação universalista dos portugueses, tipificando-a na tomada da cidade, impulsionada pela «*burguesia do comércio marítimo, com carácter cosmopolita*»⁽³⁵⁾, por essa «capacíssima elite de príncipes (...) que com tanta consciência e sabedoria governavam a nacionalidade»⁽³⁶⁾ e sob a astuciosa acção de bastidores de João Afonso, modelo de clareza de entender... Feita, assim, a retrojecção da teoria das elites dirigentes sobre os burgueses e os príncipes de Quatrocentos, impunha-se executar o movimento pendular projectivo, e logo o moralista crítico se apressa a observar que «felizes tempos» eram esses «em que subiam homens ao governo pela sua clareza de entender!»⁽³⁷⁾, em que tínhamos uma elite que não andava a «acertar», ao contrário das «elites de hoje» que, por isso mesmo, desacertariam e naufragariam continuamente⁽³⁸⁾...

⁽³²⁾ Idem — ob. cit., pág. 55.

⁽³³⁾ Idem — ob. cit., pág. 110.

⁽³⁴⁾ Idem — «*Considerações Histórico-Pedagógicas*», Renascença Portuguesa, Porto, 1915, pág. 9.

⁽³⁵⁾ Idem — «Ensaio», tomo I, pág. 266.

⁽³⁶⁾ Idem — ob. cit., págs. 263/64.

⁽³⁷⁾ Idem — ob. cit., págs. 266.

⁽³⁸⁾ Idem — ob. cit., pág. 270.

No «*Bosquejo da História de Portugal*» (1923), na «*Antologia, dos Economistas Portugueses*» (1924), n'«*As Duas Políticas Nacionais*» (1925) e no «*Prefácio à História Trágico-Marítima*» (1956), António Sérgio prossegue o inquérito a esse ciclo alterante de episódios *luminosos* e *nocturnos*, para utilizarmos uma terminologia muito ao gosto do ensaísta. As principais cristas e vales desse movimento ondulatório seriam: a plêiade lúcida dos economistas de Seiscentos, a desastrosa exploração do Brasil, as reformas contraditórias do marquês de Pombal que não teria estado à altura de executar o pensamento clarividente dos Estrangeirados, nomeadamente de Verney, a independência brasileira e suas consequências económicas que desembocam numa revolução liberal afinal abortada, mau grado a visão global e lúcida desse autêntico homem de escol que fora Mousinho da Silveira, o pendor meramente iconoclástico dos homens de 70, onde apenas *algum* Antero seria verdadeiramente de elite...

Mas, a partir desses escritos, a historiografia sergiana ganha um novo acento e utiliza um glossário muito específico e significativo quando se debruça sobre os Descobrimentos. E se é certo que considera ter sido essa a empresa em que o génio cosmopolita português mais marcadamente se afirmara, mercê da «gente metódica, dotada de fria inteligência política, de visão lúcida»⁽³⁹⁾ que inicialmente a impulsionara, o balanço final que dela traça é rotundamente frustrante. E tal teria sucedido por falta de inteligência da elite dirigente (onde apenas se salvam um D. João II e um D. Francisco de Almeida...), incapaz de globalmente compreender que uma política de mero intermediarismo comercial estava inevitavelmente votada ao fracasso, face à concorrência de Ingleses e Holandeses. Ter-se-ia imposto, por isso, articular a *política de transporte* marítimo com uma *política de fixação* na Metrópole. Em breve, porém, esta última se desdobrará, na pena de António Sérgio, numa *dupla política de colonização*, metropolitana e ultramarina... E é transparente como este *juízo* da empresa dos Descobrimentos é o *negativo* do diagnóstico que o moralista crítico faz da sua própria circunstância histórica, em que as colónias portuguesas na África eram farejadas por vários apetites...

⁽³⁹⁾ Idem — «*Bosquejo da História de Portugal*», pág. 27.

Constatando, em 1923, que não havia «ainda (...) uma elite política e científica com força bastante para enquadrar a massa» ⁽⁴⁰⁾ insiste, em 24, na necessidade de um escol «que se imponha» ⁽⁴¹⁾. Retrojectivamente propunha uma mutação na maneira de encarar a nossa História, devendo «os homens do nosso escol intelectual e político» «*pensá-la*, em vez de a *cantarem* com exaltação patrioteira» ⁽⁴²⁾. Escrevia isto o historiador-filósofo e o moralista crítico em 1956, fazendo recuar (ou avançar?) o pêndulo quando o fosso estava já no horizonte...

6. Visto, assim, o que estava na «esteira da nau», consideremos agora o que lhe estaria «para vante». Porque, no entender de António Sérgio, a nau da República era bem tormentosa e não conseguira resolver, antes agravara, os problemas do País, pelo seu positivismo insosso, o seu jacobismo primário, a retórica tribunicia, «a actividade anárquica dos políticos profissionais» ⁽⁴³⁾, herança deixada, aliás, pelo constitucionalismo monárquico. Apesar disso, António Sérgio escrevia, em 1915, uma verdadeira declaração de fé: «creio nas admiráveis possibilidades da nação portuguesa (...) completamente desaproveitadas por incapacidade da sua *elite*; creio que é possível levá-la ainda por caminhos iluminados e triunfais» ⁽⁴⁴⁾. Que «caminhos iluminados e triunfais» seriam esses?

Não é a este propósito irrelevante, como acima insinuámos, que a produção historiográfica de António Sérgio tenha vindo a lume desde um pouco antes do início da Primeira Guerra Mundial até um pouco depois do fim da Segunda. É que ele tem plena consciência, globalmente vistas as coisas, analisadas, portanto, no contexto estrutural europeu e mundial, que os dois conflitos são, para além do mais, uma áspera luta pela posse dos territórios africanos. Apesar disso, ou por isso mesmo, deveríamos continuar a ser, coloniais, como sempre fôramos ⁽⁴⁵⁾, escrevia António Sérgio

⁽⁴⁰⁾ Idem — ob. cit., pág. 60.

⁽⁴¹⁾ Idem — «*Antologia dos Economistas Portugueses*», pág. 25.

⁽⁴²⁾ Idem — «*Ensaio*», tomo VIII, pág. 82.

⁽⁴³⁾ Idem — «*Bosquejo da História de Portugal*», pág. 60.

⁽⁴⁴⁾ Idem — «*Considerações Histórico-Pedagógicas*», pág. 9.

⁽⁴⁵⁾ Idem — «*Ensaio*», tomo III, pág. 188.

em 1929. Mas, para tanto, impunha-se «uma muito enérgica impulsão no sentido da inteligência» ⁽⁴⁶⁾. Que impulsão? Por essas paragens africanas continuávamos nós, portugueses, «funcionários em terras que outros» exploravam «principalmente» e de que tínhamos «o senhorio... até nova ordem» ⁽⁴⁷⁾, visto que as nossas colónias eram «poços de boa água», onde desciam «profundamente — e solidamente — os tubos de aspiração de uma grande bomba, a qual despeja em Inglaterra tudo que dos poços vai tirando...»⁽⁴⁸⁾. Impunha-se, pois, levar a cabo a verdadeira obra de colonização: ocupar a terra e assimilar as gentes, já que «a espada por si só não conquista» ⁽⁴⁹⁾, Cumpria ter uma visão de conjunto das relações económicas em jogo que António Sérgio sintetiza, em 1929, nesta pergunta: «De que nos serve a nós ter colónias, se não formos *nós* que as abasteceremos, se não forem nossos o capital, e as gentes que as fizerem explorar e progredir?». A resposta a esta pergunta traduzir-se-ia pela fixação «de riqueza no hinterland — pela criação de gado e pela plantação, pela educação do negro *na agricultura*» e pela laboração de «uma parte tão grande quanto possível das matérias-primas ultramarinas» na metrópole, com que se fabricassem os «produtos manufacturados, para uso dos portugueses metropolitanos e dos portugueses coloniais» ⁽⁵⁰⁾. Este programa, ainda em 1958 (dez anos depois da campanha eleitoral de Norton de Matos e no próprio ano da candidatura de Humberto Delgado à Presidência da República...) o considerava António Sérgio actual, tanto para Angola como para Moçambique ⁽⁵¹⁾. Só assim seria possível prosseguir a obra de mestiçagem de um povo que «deu às terras que conquistou, habitadas por homens de todas as raças, o nome de «províncias ultramarinas», que depois, infelizmente se trocou por «colónias» ⁽⁵²⁾. Com essa «enérgica impulsão no sentido da inteligência», seria ainda possível ã «estirpe» construir «uma grande Comunidade Ideal dos que falam

⁽⁴⁶⁾ Idem — «*Antologia dos Economistas Portugueses*», pág. 4.

⁽⁴⁷⁾ Idem — «*Considerações Histórico-Pedagógicas*», pág. 52.

⁽⁴⁸⁾ Idem — «*Antologia dos Economistas Portugueses*», pág. 24.

⁽⁴⁹⁾ Idem — «*Considerações Histórico-Pedagógicas*», pág. 51.

⁽⁵⁰⁾ Idem — «*Ensaio*», tomo III, pág. 191/192

⁽⁵¹⁾ Idem — «*Ensaio*», tomo VIII, pág. 168.

⁽⁵²⁾ Idem — «*Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*», pág. 30.

a língua portuguesa»⁽⁵³⁾, sendo Portugal como que «uma Casa-Mãe de sucursais espalhadas pelo mundo inteiro»⁽⁵⁴⁾. Pessoalmente, a Pátria sergiana era a língua portuguesa?

7. Foi em nome desta *Comunidade Ideal*, irmã gémea dos sergianos platonismo, cartesianismo, kantismo e cristianismo *ideais*, que António Sérgio foi traçando, na sua obra historiográfica, a «biografia de uma grei que não acreditou em limites»⁽⁵⁵⁾. «Grei» maiusculamente quase-trans-histórica, mas foco projector de uma História permanentemente *julgada* em função de um quadro axiológico de matriz estóico, que opunha «ao ser, que a mesma História nos lembra, um *dever-ser* ditado pelas afirmações intrínsecas»⁽⁵⁶⁾ e protagonizado por uma *elite salvífica* que travasse «a roda do mal»⁽⁵⁷⁾. Inutilmente? Com Fernando Pessoa — D. Duarte, António Sérgio poderia talvez responder *estoicamente*:

Se, usando este processo, António Sérgio vem a *desfocar* toda a História de Portugal, compete aos historiadores dizê-lo, se puderem, eles próprios, dispensar os seus projectores,

O que, provavelmente, António Sérgio não teria compreendido é que, para além dos nossos, vários, estoicísmos, outros estoicísmos, também vários, há e que Antígona não faz a História. Ou teria compreendido ele isso mesmo quando, a espaços, preconiza uma atitude de «pessimismo activo»? A ver.

«Meu dever fez-me, como Deus ao mundo.
A regra de ser Rei almou meu ser,
Em dia e letra escrupuloso e fundo.

Firme em minha tristeza, tal vivi.
Cumpri contra o Destino o meu dever.
Inutilmente? Não, porque o cumpri.»⁽⁵⁸⁾

⁽⁵³⁾ Idem — «*Ensaio*», tomo I, pág. 271.

⁽⁵⁴⁾ Idem — «*Ensaio*», tomo III, pág. 188.

⁽⁵⁵⁾ Idem — «*Introdução Geográfico-Sociológica à História de Portugal*», pág. 30.

⁽⁵⁶⁾ Idem — ob. cit., pág. 19.

⁽⁵⁷⁾ Idem — «*Antologia dos Economistas Portugueses*», pág. 8.

⁽⁵⁸⁾ F. Pessoa — ob. cit., pág. 37.

NOTAS

- A) Entendemos aqui por «categoria» o núcleo conceptual em torno do qual «um espírito (...) organiza os seus pensamentos e juízos» (Lalande).
- B) Parece-nos que a posição de António Sérgio face ao(s) materialismo(s) histórico(s) deveria ser examinada em função das concepções ontológicas aqui esboçadas.
- C) «Uno Unificante» — eis aí um dos mais importantes, se não mesmo o mais decisivo núcleo conceptual do pensamento sergiano, cujo significado não foi ainda convenientemente dilucidado. Não sendo esta a ocasião para o tentarmos, sempre adiantaremos que se nos afigura estarmos em presença de um *conglomerado teórico* de elementos onto-gnosiológicos, metafísicos, éticos e estéticos, cujo cimento pode muito bem revelar-se de natureza existencial...
- D) Talvez resultasse fecundo, se outro não fosse o objectivo deste nosso texto, tentar uma aproximação entre as concepções onto-gnosiológicas aqui sumariadas e certas posições de Mc Taggart e Renouvier, autores, de resto, traduzidos por António Sérgio.
- E) A eventual circularidade deste raciocínio talvez se esvaia se considerarmos a mútua imbricação das perspectivas ontológica e gnosiológica na economia do pensamento sergiano.
- F) Apesar de todos os equívocos a que as polémicas sempre conduzem, talvez não seja temerário sugerir aqui algumas analogias com o *anti-cousismo* de Leonardo Coimbra...
- G) Estes e outros adjectivos de idêntico teor com que António Sérgio qualifica D. Sebastião têm sido, por vezes, *polemicamente* interpretados como inadmissíveis insultos ou, no mínimo, como exemplo do pendor *polemicante* do ensaísta... Pensamos, todavia, que só será possível atingir-lhes o significado se os considerarmos à luz das concepções ético-cívico-políticas sergianas que neste trabalho sugerimos.

ALOÍSIO LOBO